



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

RAUL CÓRDULA NETO

**POR UMA HISTORIOGRAFIA DA FELICIDADE: O COLÓQUIO WALTER
LIPPMANN (1938) E A HAPPYCRACIA COMO FACETA DO NEOLIBERALISMO**

Recife

2024

RAUL CÓRDULA NETO

**POR UMA HISTORIOGRAFIA DA FELICIDADE: O COLÓQUIO WALTER
LIPPMANN (1938) E A HAPPYCRACIA COMO FACETA DO NEOLIBERALISMO**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como pré-requisito para finalização da disciplina TCC II e obtenção de grau no Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Lúcia Falcão Barbosa.

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

C794h Córdula Neto, Raul.

Por uma historiografia da felicidade: o Colóquio Walter Lippmann (1938) e a Happygracia como faceta do neoliberalismo / Raul Córdula Neto. - Recife, 2024.

35 f.

Orientador(a): Lúcia Falcão Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Felicidade. 2. Psicologia positiva. 3. Neoliberalismo. 4. História - Estudo e ensino 5. Emoções - Aspectos psicológicos. I. Barbosa, Lúcia Falcão, orient. II. Título

CDD 909

RAUL CÓRDULA NETO

**POR UMA HISTORIOGRAFIA DA FELICIDADE: O COLÓQUIO WALTER
LIPPMANN (1938) E A HAPPYCRACIA COMO FACETA DO NEOLIBERALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História, da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como pré-
requisito da finalização da disciplina TCC II e
obtenção de grau no Curso de Licenciatura
Plena em História.

Recife, 03 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Lúcia Falcão Barbosa

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de História

Prof. Dr. Uiran Gebara da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de História

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciências Sociais

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos trabalhadores do mundo inteiro. Que este sirva para que cada vez mais nós consigamos nos livrar das amarras da exploração do capitalismo.

Dedico-o também à minha avó, Dona Heide, e à minha mãe, Elisabeth Córdula. Foi por conta delas que eu quis e consegui chegar até a conclusão deste curso.

AGRADECIMENTOS

Estendo meus agradecimentos, primeiramente, à Professora Dra. Lúcia Falcão Barbosa, por acreditar em mim e me dar a melhor orientação para a realização deste trabalho. Bem como agradeço antecipadamente aos Professores Uiran Gebara e Artur Perrusi pela leitura atenta desse trabalho.

Agradeço também à minha namorada, Paula Bernardino, por colocar minha cabeça no lugar sempre que o estresse e a ansiedade se alocavam como uma pedra no caminho da realização deste TCC.

Além disso, agradeço a todos os meus amigos, principalmente Matheus Rocha, Humberto Cirilo e Wendell Bezerra, pelo auxílio em toda jornada que fizemos juntos nesta graduação e trabalho de conclusão.

Na sociedade neoliberal, todos os aqui citados estão submetidos a uma realidade de exploração que nos enquadra como seres coletivos pertencentes à classe trabalhadora. O tempo inteiro estamos sendo subjugados pela mão do mercado. Todas as dificuldades enfrentadas nesse curso foram um espelho para o surgimento deste tema. Por isso, não poderia deixar de dedicar ao povo palestino minha solidariedade. A sua forte resistência ao apagamento étnico engendrado pelo Estado de Israel é minha inspiração para seguir lutando.

Consumer of life, hold my hand, extend your rights
It's the power to purchase to excess That sets you
apart and can give you the ultimate high Abuser of
time, if there's something that you want You don't
need it, but have to concede It's making you happy
and that's all that matters to you (Wilson, 2021).

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 PREÂMBULO: AS MODERNAS SOCIEDADES OCIDENTAIS E A GESTÃO DA FELICIDADE COLETIVA	12
3 CAPITALISMO, HOMEM-MÁQUINA E FELICIDADE INDIVIDUAL	15
4 CRISE DO LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E UMA NOVA RAZÃO DO MUNDO: O COLÓQUIO WALTER LIPPMANN (1938)	17
5 PERSONAL SHOPPER, HAPPYCRACIA E A FELICIDADE COMO MÉRITO	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXO: Regras de submissão da Revista Clio UFPE	35

RESUMO

POR UMA HISTORIOGRAFIA DA FELICIDADE: O COLÓQUIO WALTER LIPPMANN (1938) E A HAPPYCRACIA COMO FACETA DO NEOLIBERALISMO

Raul Córdula Neto ¹

Este artigo procura debater as estratégias do neoliberalismo para produção de uma nova razão no mundo, sobretudo uma faceta dessa racionalidade: a obrigatoriedade da felicidade. Para tanto, tomamos o Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em Paris, em 1938, como momento de refundação do liberalismo e de instauração das bases para uma nova racionalidade do capitalismo. Entretanto, nosso foco recairá sobre a manipulação de um estado de “felicidade” paradoxal, que provoca satisfações efêmeras e sofrimentos constantes diante do imperativo de sermos bem-sucedidos e felizes. A happycracia opera na lógica do consumo egoísta e imediato do sujeito empreendedor de si mesmo, em contínua concorrência com os demais.

Palavras-chaves: Felicidade; Happycracia; Neoliberalismo; Colóquio Walter Lippmann

ABSTRACT

FOR A HISTORIOGRAPHY OF HAPPINESS: THE WALTER LIPPMANN COLLOQUIUM (1938) AND HAPPYCRACY AS A FACET OF NEOLIBERALISM

This article intends to discuss the strategies of neoliberalism to produce a new reason in the world, especially a facet of this rationality: the obligation of happiness. To this end, we take the Walter Lippmann Colloquium, which took place in Paris in 1938, as a moment of refoundation of liberalism and the establishment of the bases for a new rationality of capitalism. However, our focus will be on the manipulation of a state of paradoxical "happiness", which causes ephemeral satisfaction and constant suffering in the face of the imperative to be successful and

¹ **Biografia do Autor:** Licenciado em História pelo Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE, e-mail: raul.cordula@ufrpe.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8752-6247>

happy. Happycracy operates in the logic of the selfish and immediate consumption of the entrepreneurial subject of himself, in continuous competition with others.

Keywords: Happiness; Happycracy; Neoliberalism; Walter Lippmann Colloquium

RESUMEN

POR UNA HISTORIOGRAFÍA DE LA FELICIDAD: EL COLOQUIO WALTER LIPPMANN (1938) Y LA HAPPYCRACIA COMO FACETA DEL NEOLIBERALISMO

Este artículo busca discutir las estrategias del neoliberalismo para la producción de una nueva razón en el mundo, especialmente una faceta de esta racionalidad: la obligación de la felicidad. Para ello, tomamos el Coloquio Walter Lippmann, que tuvo lugar en París en 1938, como un momento de refundación del liberalismo y de establecimiento de las bases para una nueva racionalidad del capitalismo. Sin embargo, nuestro enfoque estará en la manipulación de un estado de "felicidad" paradójica, que provoca satisfacciones efímeras y sufrimiento constante frente al imperativo de ser exitoso y feliz. La happycracia opera en la lógica del consumo egoísta e inmediato del sujeto emprendedor de sí mismo, en continua competencia con los demás.

Palabras clave: Felicidad; Happycracia; Neoliberalismo; Coloquio Walter Lippmann.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir uma noção ampla – a felicidade – numa perspectiva histórica. Para tanto, escolhemos as modernas sociedades ocidentais como contexto histórico para esse debate, e sua lógica particular de organização da sociedade: o Estado de Direito Moderno. Com essa definição, podemos traçar um caminho que vai desde a responsabilização do Estado, e suas instituições racionais, em garantir o bem-estar dos cidadãos e, conseqüentemente, sua oportunidade de serem felizes, até a paulatina responsabilização dos próprios cidadãos, considerados empresas de si mesmos, pelo fracasso ou sucesso na busca da felicidade.

Para realizar esse objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica com a seleção de autores que relacionassem o tema felicidade, modernidade, história, política, economia, tecnologias. E escolhemos um acontecimento chave para o reaparecimento do tema felicidade nas pautas públicas, após o seu apagamento durante as crises do capitalismo e dos governos liberais democráticos no breve século XX: o Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, no ano de 1938, que pode ser considerado como a Primeira Internacional do Neoliberalismo. Esse evento chamou a atenção de Michel Foucault que, em curso ministrado no Collège de France, em 1978, ressaltou a importância do Colóquio na reorganização e renovação do pensamento liberal contemporâneo (Mariutti, 2021).

O filósofo Louis Rougier foi o organizador do Colóquio, que contou com a presença de 26 intelectuais: Raymond Aron, Robert Marjolin, Roger Auboin, Louis Marlio, Louis Baudin, Ernest Mercier, Marcel Bourgeois, Ludwig von Mises, José Castillejo, André Piatier, John Bell Condliffe, Michael Polanyi, Auguste Detoef, Stephan Possony, Friedrich von Hayek, Wilhelm Röpke, Michael Heilperin, Louis Rougier, Bruce Hopper, Jacques Rueff, Bernard Lavergne, Alexander Rüstow, Walter Lippmann, Alfred Schutz, Étienne Mantoux e Marcel van Zeeland (Mariutti, 2021). Tendo a seguinte programação:

O colóquio foi realizado entre os dias 26 e 30 de agosto de 1938. Louis Rougier fez a abertura na tarde do dia 26 e, na sequência, Walter Lippmann fez a sua exposição. O dia 27 contou com duas sessões. O tema geral: a queda do liberalismo decorreu de causas endógenas? Pela manhã este problema foi abarcado do ponto de vista da concentração de capitais. Na parte da tarde a questão foi discutida tendo em mente a economia de guerra, nacionalismo e protecionismo. No dia 28 foi explorada a questão: o liberalismo é capaz de cumprir com as suas metas sociais? No dia 29 a pergunta foi: se o declínio do liberalismo não é algo inevitável, quais são as causas exógenas que minaram a ordem liberal? No dia 30: como enfrentar as causas da crise do liberalismo? Ao que seguiram as conclusões e as ações futuras com, por exemplo, a criação

do Centro Internacional de Estudos para a renovação do liberalismo (Mariutti, 2021, p. 4).

Posteriormente, o tema do Colóquio Water Lippimann foi retomado por Pierre Dardot e Christian Laval, em obra intitulada “A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal, publicada originalmente em 2009, traduzida para o inglês em 2013, e publicada pela primeira no Brasil, em 2016. Neste livro, os autores ressaltam que os debates ocorridos nesse evento e repercutidos nas décadas seguintes operaram não apenas uma refundação, mas uma transformação do liberalismo, de forma que ele deixa de ser uma simples doutrina econômica para tornar-se um sistema normativo que atravessa todas as esferas da vida com a lógica do capital. Resultando numa nova racionalidade neoliberal, com dimensão totalizadora que abarca Estado, instituições e relações humanas (Queiroz, 2018).

Neste artigo, entrelaçamos a tese de uma nova razão do mundo ao nosso tema “felicidade” para atribuir significado ao formato específico de ressurgimento do interesse pela felicidade na segunda metade do século XX: a happycracia. Formato no qual a felicidade mais do que uma emoção mobilizada através do consumo, passa a ser também a régua que baliza o sucesso e fracasso da existência humana. Como um imperativo categórico Kantiano, a felicidade torna-se o resultado de uma existência bem-sucedida ou sua ausência torna-se símbolo do fracasso individual e demérito da vida.

2 PREÂMBULO: O ESTADO DE DIREITO E A GESTÃO DA FELICIDADE COLETIVA

No movimento intelectual que ficou conhecido como Iluminismo, pensadores como Kant e Condorcet enxergavam a felicidade como um projeto coletivo, fundamentado no progresso científico, na emancipação das mentes e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Eduardo Giannetti, em seu livro Felicidade, coloca em pauta o ideal de felicidade presente no pensamento iluminista, propondo uma análise acerca do “amanhã de ontem”. Ele resalta o desejo dos filósofos dos Séculos XVIII e XIX de um projeto de Estado para uma sociedade feliz.

No pensamento iluminista, essa noção de felicidade está relacionada ao progresso. Bem como a uma sociedade que seja capaz de promover o bem-estar ao conjunto dos seus cidadãos. O que estes pensadores aspiravam era uma sociedade civilizada, avançada, e feliz, e isso só seria alcançado com

o avanço do saber científico; o domínio crescente da natureza pela tecnologia; o aumento exponencial da produtividade e da riqueza material; a emancipação das mentes após séculos de opressão religiosa, superstição e servilismo; a transformação das instituições políticas em bases racionais, e o aprimoramento intelectual e moral dos homens por meio da ação conjunta da educação e das leis (Giannetti, 2002, p. 11).

Desta forma, como diz Giannetti (2002, p. 11), “a crença de progresso foi aos céus”. Com o entendimento de que o ambiente no qual o homem está inserido determina a forma como ele se comporta, o progresso se torna um dever de toda população. Ou seja, num círculo virtuoso, o progresso promove melhora no ambiente, que promove melhora nos indivíduos, que influenciam a mudança deste mesmo ambiente. Para Locke, a natureza deveria ser transformada para atender aos desejos do ser humano e, desta forma, os prazeres mundanos teriam igual valor em relação aos prazeres divinos (Mancebo, 2002 *apud* Silva, 2018, p. 50). Além disso, escreveu o marquês de Condorcet: “Na terra prometida da razão secular, [...] as desigualdades entre os indivíduos e as nações diminuiriam, a paz internacional seria alcançada e a adoção do livre comércio e de uma língua franca universal selariam a fraternidade entre os povos” (Giannetti, 2002, p. 13).

À luz dessa discussão, o filósofo alemão Immanuel Kant estabeleceu ainda que esta promessa de um futuro utópico seria alcançada através de árdua construção ao longo do tempo. A inquietude de ser feliz seria realizável no futuro. Os homens estariam se sacrificando para construir esse novo mundo, deixando-o ao dispor das gerações futuras.

A felicidade está aqui colocada, então, como o pilar que sustenta todo o progresso da humanidade, posto que é o seu objetivo maior. Quando dissociamos progresso e felicidade nos restam as projeções futuristas. Diante disso, poderíamos nos perguntar: o que é felicidade? Segundo Philippe van den Bosch (1998 *apud* Silva, 2018, p. 9), existem dois empecilhos para encontrarmos uma definição objetiva para a noção de felicidade, “a primeira é que todos nós sabemos o que é a felicidade – mas ninguém sabe dizer o que é. A segunda é que a felicidade é algo pessoal, ‘subjeto’, por assim dizer, cada qual tem a sua”. Para Giannetti, quando alguém se declara feliz, diversas coisas podem estar acontecendo:

a) posso estar feliz porque algo em particular é o caso (meu time ganhou a Copa, consegui um emprego, foi descoberta a cura do câncer etc.) e isso me deixa mais satisfeito do que estava antes, ou seja, isso me traz felicidade; b) posso estar me sentindo feliz agora, quero dizer, durante um determinado intervalo de tempo, e isso independentemente de ter ou não motivos conscientes e definidos para a sensação de contentamento e bem-estar que me

alegra o coração, e c) posso dizer que sou feliz porque ao avaliar a minha vida no seu conjunto eu sinto que, no geral, posso me dizer satisfeito com ela — com as oportunidades que recebi e as escolhas que fiz, com as experiências que tive e com a trajetória de minha existência até aqui. (Giannetti, 2002, p. 17).

A noção de felicidade mobilizada pelas sociedades modernas, com a criação dos direitos universais do homem e do cidadão, está entrelaçada com a responsabilidade do Estado de Direito em garantir que os cidadãos estejam à altura do seu melhor potencial e, conseqüentemente, estejam aptos para alcançarem sua felicidade. Para tanto, o Estado deve responsabilizar-se pelo bem-estar dos seus cidadãos: “Os estados modernos procuram garantir as condições necessárias para que cada indivíduo, como portador de direitos, como cidadão, reconhecendo suas diferenças dentro da igualdade, tenha acesso aos meios necessários para buscar sua felicidade” (Silva, 2018, p. 41).

Mas, as garantias de bem-estar aos cidadãos por parte dos governos esbarram num projeto de Estado que vive em constante tensionamento com as premissas do liberalismo econômico – também caras aos iluministas. Nas sociedades modernas, há uma preocupação constante das camadas mais baixas da sociedade com a existência de um poder central capaz de garantir seus direitos, que garanta a assistência para que elas continuem a viver suas vidas e assim se alçarem à felicidade. Por outro lado, existe uma elite econômica adepta das teorias de não-intervenção do Estado. Centralização ou não-intervenção do Estado? Essa discussão sobre o Estado põe-se em pauta em debates que duram séculos. Observa-se que, como propõem Dardot e Laval:

A igualdade das condições leva os indivíduos a quererem um poder central forte, oriundo da força do povo, que os conduza pela mão em todas as circunstâncias. Uma das características dos poderes políticos modernos é, portanto, a ausência de limite da ação governamental, é o “direito de fazer tudo”. A sociedade, representada pelo Estado, é todo-poderosa, em detrimento dos direitos do indivíduo. Os próprios soberanos acabam compreendendo que “a força central que representam pode e deve administrar por si mesma, e num plano uniforme, todos os assuntos e todos os homens”. É assim que, sejam quais forem suas oposições políticas, “todos concebem o governo sob a imagem de um poder único, simples, providencial e criador” (Tocqueville, 1992). Essa força secreta impele o Estado a apoderar-se de todos os domínios (Dardot e Laval, 2016, p. 43).

O que vimos, ao longo de várias crises do capitalismo, é que para as camadas mais altas, o poder centralizado vale como uma garantia das perpendicularidades do caráter mutável do Mercado, onde o mecanismo do direito possa garantir que a economia continue a se adaptar ao

meio social. Veremos mais adiante que os liberais, após a Quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a crise do Capitalismo, nos anos 30, vão passar a discutir cada vez mais sobre o papel do Estado e o espectro que abrange a sua interferência, principalmente na regulação das relações comerciais.

Torna-se cara à sociedade ocidental contemporânea o contato com a felicidade, tanto que a propaganda dessa condição acentuou a persistência popular nos termos de sua busca. O caráter altamente meritocrático que atravessa essa busca é estimulado pelo mercado, colocando a felicidade como mercadoria, algo que veremos mais à frente.

3 CAPITALISMO, HOMEM-MÁQUINA E FELICIDADE INDIVIDUAL

Nessa sociedade em ascensão, Adam Smith vai estabelecer uma ruptura da relação do trabalho com a religião. O trabalho se tornou justificável por ser a atividade que conferia valor a todas as coisas, tornando-se assim um campo moral independente (Sewaybricker, 2012, *apud* Silva, 2018, p. 50). Houve então a transformação do trabalho em um mediador social universal, diferente do período pré-capitalista, em que o trabalho estava subordinado a decisões tomadas por outras esferas sociais (Jappe, 2017, p. 29). Assim, os sujeitos se colocariam expressamente submetidos ao “valor”, e “o valor mercantil é a única forma fetichista que constitui uma pura forma sem conteúdo, uma forma indiferente a qualquer conteúdo” (Jappe, 2017, p. 30).

O trabalho se coloca como esse mediador em relação à forma como o valor se comporta a partir da energia desprendida para assim produzir a mercadoria. E “cada mercadoria tem, pois, uma dupla natureza: é ao mesmo tempo, um objeto concreto que serve para satisfazer certa necessidade e o ‘portador’ de uma quantidade de trabalho indiferenciado” (Jappe, 2017, p. 23). Porém, o valor é invisível e o que o torna visível é o preço em dinheiro (Jappe, 2017). Nesse contexto, o homem se entende como uma empresa ligada a uma visão de competitividade de mercado proposto pelos ideais do liberalismo econômico. As características deste ser individualizado, apático em relação aos demais sujeitos sociais, se faz valer de um entendimento de seu dia a dia. Este sujeito se submete ao trabalho, pois “o crescimento do dinheiro e do valor só é possível por meio do crescimento do trabalho executado” (Jappe, 2017, p. 26).

A relação do homem com o trabalho, nas sociedades capitalistas, fez do dinheiro um objeto intrínseco para tornar as relações de valor e dispêndio de energia humana mais palpável. É preciso entender que “o dinheiro não contém valor, mas estabelece a mediação com tudo que é concebido como contendor de valor. Entre o valor monetário e o dinheiro há uma relação pura

de exclusão e contradição, e essa relação é assimétrica” (Jappe, 2017, p. 55). Mas, a tangente aqui resulta da lógica capitalista de acumulação. A mais-valia obriga o sujeito a ter cada vez mais dinheiro, e para isso, é necessário mais trabalho para produzir mais mercadorias a serem vendidas no mercado. A diferença é entre quem comanda a produção e quem trabalha nela.

O proletário trabalha a fim de conseguir dinheiro para suas necessidades básicas. O detentor do meio de produção acumula o seu dinheiro para fins de fetichismo, e o valor exacerbado nas mãos desse burguês significa que mais produtos foram produzidos e vendidos.

Por fim, [é] um modelo que tem como base a individualização extrema das sociedades modernas e dos modos de vida. O processo de emancipação do indivíduo posto em marcha leva a um excesso de investimento na vida privada, nos gozos pessoais, ‘uma nova cultura, na qual o consumismo, os cultos do corpo e do psicologismo, as paixões por autonomia e realização individuais fizeram da relação consigo mesmo uma dimensão dotada de um relevo excepcional (Silva, 2018, p. 40).

Descartes, precursor do movimento iluminista, apresenta uma metáfora dos sujeitos como homens-máquina (feitas de carne e osso) ou autômatos, concepção esta que, segundo Jappe (2017, p. 50), reflete a lógica de produção das manufaturas. Esse homem-máquina faz-se a partir de uma separação entre o sujeito e o objeto, e o mundo passa a ser um material onde o espírito procura realizar-se. Dessa forma, “se o corpo não se mostra bastante produtivo, se não trabalhar bastante, se dormir muito ou se exprimir demasiados desejos físicos, torna-se cada vez mais, ao longo da evolução do capitalismo, um inimigo, uma resistência a vencer” (Jappe, 2017, p. 51). E conforme o processo avança, o homem começa então a seguir a lógica competitiva e isso solidifica cada vez mais o pensamento do homem-máquina, dono de sua vida, responsável pelo seu destino e recluso às intenções de seu próprio ego, tornando os sujeitos, sejam burgueses ou proletários, cada vez mais apáticos à sociedade conforme um todo igual.

Em vez de um sentimento de pertencimento a um universo compartilhado (o qual, evidentemente, na prática das sociedades pré-modernas, não excluía antagonismos muito fortes), o homem moderno está confrontado com uma hostilidade permanente, que decorre somente de situações ou de homens particulares, mas, muitas vezes, do ‘mundo’ enquanto tal. A onipresente concorrência é causa e a consequência dessa hostilidade (Jappe, 2017, p. 52).

O capitalismo não é um sistema de produção e sim de acumulação. O acúmulo de dinheiro é o que proporciona a exploração do homem pelo homem. Nesses termos, é onde a competitividade, a individualidade e a felicidade convergem para uma ideia de bem-estar. E tornar o sujeito responsável por si exime qualquer responsabilidade da condição de exploração

intrínseca ao sistema capitalista, já que o Estado, conformado com o pensamento liberal, não deve interferir no mercado mesmo que na manutenção da vida dos mais paupérrimos. Por sua vez, para que a força de trabalho se conforme com sua condição de explorado, ela precisa cegar-se das condições que o levaram até aquele lugar. Podemos então perceber que:

À medida em que a felicidade se torna responsabilidade de cada um, torna-se cada vez mais um empreendimento, um objetivo a ser constantemente trabalhado e buscado. Se partirmos do modelo positivo para alcançar a felicidade ou bem-estar, veremos que se assemelha bastante a um projeto, que exige planejamento e investimento, cuja equipe é composta de um único indivíduo e os recursos são seu corpo e mente (Silva, 2018, p. 37).

Podemos observar que as consequências desse processo descrito até agora levam o próprio papel da democracia a ser colocada como pano de fundo para garantia, não do bem-estar, mas para que o mercado, sob as influências de sua própria volatilidade, se conforme a favorecer o detentor dos meios de produção para que ele continue em plena ascensão. Isso provoca o fenômeno de “desdemocratização” que, de acordo com Wendy Brown, “consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (Dardot e Laval, 2016, p. 20).

Mais adiante, após anos do desenvolvimento do capitalismo, James Mill, criticando a concepção de Tocqueville, diz que a democracia não é o “governo do direito do povo, mas a garantia de que o povo será governado em conformidade com o bem de todos, o que supõe o controle dos governantes por eleitores capazes de julgar sua ação” (Dardot e Laval, 2016, p. 44).

4 CRISE DO LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E A NOVA RAZÃO DO MUNDO: O COLÓQUIO WALTER LIPPMANN (1938)

Enquanto os pensadores iluministas e os capitalistas estavam moldando a sociedade para se adequar aos fetiches individuais, podemos observar que houve a percepção, por parte destes filósofos liberais, da falha da política empírica do *Laissez-faire*, tendo em vista que a história não é pautada somente pelos episódios gloriosos da propriedade privada absoluta, do sucesso do livre-câmbio e do triunfo intelectual do Século XIX. Enquanto as políticas assistencialistas buscavam assegurar o bem-estar popular, as elites, em consonância com o pensamento de Hebert Spencer, iniciam um movimento utilitarista relacionado à teoria da evolução das espécies de Darwin. O *survival of the fittest* se torna uma filosofia utilizada pelas propagandas

liberais, e define uma separação social a partir daqueles que são mais capazes de sobreviver numa lógica de vida que estava sendo construída: “Ele [Spencer] retoma os argumentos malthusianos contra esse tipo de auxílio: querem lastimar ‘as misérias dos pobres meritórios, em vez de representá-las – o que na maioria dos casos seria mais correto – como as misérias dos pobres demeritórios’” (Dardot e Laval, 2016, p. 48).

Essa concepção configura uma radicalização do pensamento individualista do final do Século XIX, colocando a vida como o próprio fator da sobrevivência do mais forte em relação àqueles que não conseguem se desenvolver a partir de seus próprios esforços. Isto também alavanca a competitividade trazendo-a ao centro do pensamento liberal e se alastrando pelo sistema capitalista no globo.

Spencer vai deslocar, assim, o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital. Esse naturalismo extremo, além de satisfazer interesses ideológicos e explicar lutas comerciais ferozes entre empresas e entre economias nacionais, faz a concepção do motor do progresso passar da especialização para a seleção, que não têm as mesmas consequências, como bem podemos imaginar. [...] Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. Esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência. [...] A concorrência [...] é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos. Profundamente marcado pela “lei da população” de Malthus, o evolucionismo spenceriano conclui bruscamente que o progresso da sociedade e, mais amplamente, da humanidade supõe a destruição de alguns de seus componentes (Dardot e Laval, 2016, p. 53).

E, nesse contexto, as tensões da própria lógica de acúmulo provenientes do neocolonialismo e da partilha da África no processo conhecido como Imperialismo (Final do Século XIX e início do Século XX), concomitante com o processo de esvaziamento do Estado, desaguam na primeira grande guerra ou Primeira Guerra Mundial (1914-1918), bem como na evidente fragilidade das democracias liberais ocidentais do Século XX.

O capitalismo acentuou os efeitos mundiais de uma ideologia específica: o “*american way of life*”. Um modelo de realização da sociedade que é alimentado pelas indústrias e empresas. Isso porque os Estados Unidos da América “emergiram da guerra como a maior potência capitalista, uma vez que, durante o conflito, haviam vendido armas e suprimentos aos países da Tríplice Entente, e no pós-guerra supriram a Europa de manufaturas, matérias-primas, alimentos etc.” (Pereira, 2006, p. 4). Os moldes da classe média burguesa estadunidense se espalharam pelos países capitalistas facilmente, e a ideia básica desse sistema é “Consuma e

seja feliz”. Quer dizer, foi ditado ao indivíduo que a fórmula mágica para sua satisfação pessoal, para ele se sentir completamente satisfeito, é consumir. O capitalismo Liberal estadunidense alcançou seu auge em 1929.

Na realidade, a prosperidade atingirá a sociedade de forma desigual. O setor agrícola foi fortemente abalado com o avanço da industrialização, e aqui é onde entram as linhas de crédito, os empréstimos e a confiança de que a economia se regularia sozinha, conforme o pensamento do liberalismo clássico. Entretanto, as dívidas se acumularam e o setor agrícola foi arruinado. Além disso,

o governo norte-americano, o principal fiador dos empréstimos privados aos países europeus, preocupado com o quadro político na Europa (ameaça das esquerdas e avanço dos movimentos nazifascistas), retirou suas garantias, levando os capitalistas norte-americanos a repatriarem capitais. Sem recursos, as economias europeias importaram ainda menos dos Estados Unidos. Os industriais compreenderam, então, a necessidade de reduzir a produção. Ao fazê-lo, ampliavam o desemprego, restringindo ainda mais o consumo (Pereira, 2006, p. 14).

Superprodução e subconsumo é a equação da crise no sistema capitalista. Ela passou despercebida por um tempo até que, como Wagner Pereira (2006) descreve, em 21 de outubro de 1929, as coisas começam a dar seus sinais, chegando ao caos em 24 de outubro do mesmo ano. O mercado de ações, que, diga-se de passagem, tinha se tornado um passatempo do padrão liberal norte-americano, quebrou, e a desvalorização dos investimentos no jogo dinâmico da bolsa de valores, bem descrito por Pereira, se tornou o motivo de uma depressão que se alastrou pelo mundo inteiro, ou melhor, por todo o sistema capitalista. E esse foi o efeito dominó que derrubou a economia peça por peça chegando a enterrar de vez o sistema liberal clássico. E isto, argumentam Pierre Dardot e Christian Laval, se deve ao fato de que:

O surgimento dos grandes grupos cartelizados marginalizava o capitalismo de pequenas unidades; o desenvolvimento das técnicas de venda debilitava a fé na soberania do consumidor; e os acordos e as práticas dominadoras e manipuladoras dos oligopólios e dos monopólios sobre os preços destruíam as representações de uma concorrência leal, que beneficiava a todos. Parte da opinião pública começava a ver os homens de negócios como escroques de alto gabarito, não como heróis do progresso. A democracia política parecia definitivamente comprometida pelos fenômenos maciços de corrupção em todos os escalões da vida política. Os políticos faziam sobretudo o papel de marionetes nas mãos dos que detinham o poder do dinheiro. A “mão visível” dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na “mão invisível” do mercado (Dardot e Laval, 2016, p. 40).

A grande crise econômica de 1929 revela que era necessário mudar de estratégia para que o mercado não sofresse de uma vez por todas a sua derrocada. É onde vai surgir, nos Estados Unidos, o *New Deal*, instituído por Frank Delano Roosevelt a partir das ideias propostas em um trabalho crítico cuidadoso elaborado, principalmente, por John Maynard Keynes, que por sua vez, passa a ser criticado por outros pensadores liberais por todo Século XX. Keynes, longe de pôr em questão o próprio liberalismo, começa a lê-lo a partir de suas derivas dogmáticas, em que o *Laissez-faire* comprimiu tradições e épocas diferentes “sobretudo a apologia da livre concorrência do século XVIII e o ‘darwinismo social’ do século XIX” (Dardot e Laval, 2016, p. 59).

O “Novo Liberalismo” se apresenta então como uma alternativa aos modelos propostos por Marx e Engels, experimentados na União Soviética a partir de 1917, fugindo do coletivismo, e negando a luta de classes como motor de uma transformação social, mas, se empoderando da intervenção do Estado de forma a regular mais ativamente o mercado com suas características fluidas.

Esse novo liberalismo visava a controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política, reapresentando a questão da *agenda* e da *não agenda* em sentido favorável à intervenção política. O Estado se vê encarregado de um papel regulador e redistribuidor fundamental naquilo que se apresenta também como um ‘socialismo liberal’ (Dardot e Laval, 2016, p. 60).

E estas reformas propostas no Novo Liberalismo fugiam às tendências deterministas de seleção natural, expressas pelo *survival of the fittest*, para colocar o Estado como responsável direto por assegurar uma forma real de liberdade sendo que “a liberdade real somente pode ser assegurada pela coerção exercida sobre aquele que é mais ameaçador para a liberdade dos outros” (Dardot e Laval, 2016, p. 61). Para Karl Polanyi, o Estado Liberal foi responsável por uma ação dupla de sentidos contrários: tanto apoiou a sociedade de mercado quanto reforçou o “contramovimento” de resistência da sociedade aos mecanismos do mercado (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 63).

O que se observa dessas múltiplas contradições presentes no liberalismo clássico é que o mercado autorregulador seria uma ilusão submetida à realidade de que o próprio mercado fluido não pode se sustentar sem regulação. Segundo Polanyi (1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, é necessário haver a intervenção do Estado, não só no plano legislativo para fixar o direito de propriedade e contrato, mas também, no plano administrativo que seria responsável por instituir

regras inerentes ao funcionamento do mercado concorrencial fazendo com que estas sejam respeitadas.

O *laissez-faire* não tinha nada de natural; os mercados livres nunca poderiam ter nascido se as coisas tivessem sido simplesmente abandonadas a si mesmas. [...] Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico é um projeto social que deve ser posto em ação para a maior felicidade do maior número de pessoas; o *laissez-faire* não é um método que permite realizar uma coisa, ele é a coisa que se deve realizar (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 64).

De certa forma,

a realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 69).

Em meio à regularização proposta pelo *New Deal*, o neoliberalismo surge indo de encontro com o novo liberalismo, não se opondo inicialmente à intervenção do Estado, mas sim, a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. Assim,

A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 69).

Portanto, o neoliberalismo busca combinar a intervenção pública com os princípios concorrenciais do spencerismo. O que está em jogo é a disputa hegemônica de um plano estatal que melhor se adéque aos interesses privados. Dardot e Laval (2016) vão argumentar que o neoliberalismo nasce a partir das discussões inauguradas no Colóquio Walter Lippman (Paris, 26 a 30 de agosto de 1938). Este evento, que reuniu 26 economistas, filósofos e funcionários do mais alto escalão de vários países, foi organizado por Louis Rougier, quase como se fosse a Primeira Internacional Neoliberal.

Esta reunião, que serviu também para o lançamento da versão francesa do livro de Walter Lippmann, *An Inquiry into the Principles of the Good Society* [uma investigação sobre os princípios da Grande Sociedade], com o título de *La cité libre* (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e

Laval, 2016, p. 73 e 74), contando inclusive com a presença do autor, vai elencar discussões para suprimir, tanto as intervenções do Estado, quanto o avanço do coletivismo. Assim,

Rougier lembra também a importância da tese de Lippmann, segundo a qual o liberalismo não se identifica com o *laissez-faire*. De fato, essa assimilação demonstrou todas as suas consequências negativas, já que, diante da evidência dos males do *laissez-faire*, a opinião pública logo conclui que apenas o socialismo pode salvar do fascismo ou, inversamente, apenas o fascismo pode salvar do socialismo, embora um e outro sejam variedades de uma mesma espécie (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 75).

Não entraremos na discussão de como o Socialismo e o Fascismo não são variedades da mesma espécie. Assim é como funciona a mentalidade liberal antioletivista que, por sua vez, faz propagandas hostis ao grande inimigo declarado do capitalismo, o Socialismo. É importante lembrar que o Fascismo é uma ferramenta capitalista para o regulamento da máquina do mercado. Como dito por Karl Polanyi:

Estritamente falando, o liberalismo econômico é o princípio diretor de uma sociedade em que a indústria é baseada na instituição de um mercado autorregulador. É verdade que, uma vez que esse sistema esteja mais ou menos realizado, necessita-se de menos intervenção de certo tipo. Contudo, isso não quer dizer, longe disso, que o sistema de mercado e a intervenção sejam termos que se excluam mutuamente. Pois, enquanto esse sistema não é implantado, os partidários da economia liberal devem exigir – e não hesitarão em fazê-lo – que o Estado intervenha para estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, que intervenha para mantê-lo. O partidário da economia liberal pode, portanto, sem nenhuma incoerência, pedir ao Estado que utilize a força da lei, ele pode até mesmo recorrer à violência, à guerra civil, para instaurar as condições prévias para um mercado autorregulador (Polanyi, 1944 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 67).

As discussões, no Colóquio de 1938, acabam levando à conclusão de que a ingerência do Estado é fator primordial para que se desenvolvesse a insegurança social sofrida pelos trabalhadores. Jacques Rueff, por exemplo, na sessão de 28 de agosto do Colóquio, vai argumentar que

O sistema liberal tende a assegurar às classes mais necessitadas o máximo de bem-estar. Todas as intervenções do Estado no plano econômico tiveram o efeito de empobrecer os trabalhadores. Todas as intervenções dos governos pareceram melhorar as condições da maioria, mas para isso não há outro meio senão aumentar a massa dos produtos que devem ser partilhados (Audier, 2008 *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 78).

O que Jacques Rueff afirma é que o mercado autorregulador conseguiria sozinho se estabelecer, e que foram as intervenções do Estado que gestaram a crise. Ainda em crítica à

intervenção do Estado, Von Mises argumenta que o protecionismo proposto pelos governos em forma de cartéis desestabiliza a concorrência, e por isso: “Não foi o livre jogo das forças econômicas, mas a política antiliberal dos governos que criou as condições favoráveis ao estabelecimento dos monopólios. Foi a legislação, foi a política que criou a tendência ao monopólio” (Audier, 2008 *apud* Dardod e Laval, 2016, p. 79). O Estado se coloca aqui como uma instituição falha e que, por culpa de suas interferências e da corrupção, o liberalismo não se desenvolveu da forma pela qual teria sido prescrita. Mas, para Rougier, podemos observar que o erro estava justamente na forma em que o próprio liberalismo clássico se colocou como uma força natural.

O Colóquio Walter Lippmann, então, conclui que o próprio “liberalismo clássico é o principal responsável pela crise por que ele passava. Os erros de governo aos quais ele conduziu favoreceram o planismo e o dirigismo” (Audier, 2008 *apud* Dardod e Laval, 2016, p. 81). É que, se pararmos para pensar no contexto no qual o liberalismo clássico se estabelece, o projeto antagônico ao Antigo Regime se faz de forma revolucionária tratando as leis fictícias dos direitos naturais para garantir a propriedade e favorecer os comportamentos acumuladores.

Segundo Lippmann (1937 *apud* Dardod e Laval, 2016, p. 81, grifo nosso) “esses mitos se fixaram em dogmas inalteráveis que impediram qualquer reflexão sobre a utilidade das leis, [...]. Vetando a reflexão sobre o alcance das leis, esse respeito absoluto à ‘natureza’ fortalecia a situação adquirida pelos privilegiados”. E essa permanência teria sido cabal para a instalação da crise. Na aurora do pensamento iluminista, essas leis naturais faziam sentido.

Mas, o caráter volátil do Capitalismo não sustenta essa ordem. Dessa forma, as leis devem conter mecanismos para garantir que o funcionamento da máquina do mercado seja corroborado pelo Estado. Por sua vez, para que haja a adequação a essa lógica que estava sendo pensada pelos neoliberais, “Lippmann resgata o solo da governamentalidade tal como foi pensada por Bentham, aquém das fórmulas naturalistas que haviam invadido a literatura apologética do mercado” (Dardod e Laval, 2016, p. 82), e assim,

todo o regime da propriedade privada e dos contratos, da empresa individual, da associação e da sociedade anônima faz parte de um conjunto jurídico do qual ele é inseparável” (...) “Na realidade, [os últimos liberais] defendiam um sistema composto de vestígios jurídicos do passado e inovações interesseiras, introduzidas pelas classes mais afortunadas e poderosas da sociedade (Dardod e Laval, 2016, p.82- 85).

Se fez necessário mudar toda a forma de pensar o próprio Capitalismo. E, desse modo, o capitalismo concorrencialista “é uma máquina que exige vigilância e regulação constantes”

(Dardod e Laval, 2016, p. 88). Claro que Rougier se preocupou em dizer que, mesmo nas configurações do Estado essencialmente jurídico, deve-se tomar o cuidado de que este não seja apropriado por um grupo coligado, sejam os mais ricos, sejam os mais pobres (Dardod e Laval, 2016, p. 86). O que se estabelece no centro da discussão neoliberal é, a partir das palavras de Lippmann, a questão da adaptação: “A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua” (Dardod e Laval, 2016, p. 90). A concorrência retorna à agenda fazendo uma adaptação ao naturalismo de Spencer. Não importa esvaziar o Estado, mas garantir que este assegure a regularidade do mercado e favoreça os mais aptos numa lógica meritocrática. Lippmann vai perceber que o homem não se adapta de forma natural ao capitalismo, já que este se formou em um mundo diferente (Dardod e Laval, 2016). Por isso, o Estado deve conduzir a sociedade para que esta se adapte aos moldes estabelecidos pelo Liberalismo. Assim,

a política neoliberal deve *mudar o próprio homem*. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter. [...] E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar os sofrimentos morais e os conflitos inter ou intra individuais (Dardod e Laval, 2016, p. 91).

O homem deve ser moldado, deve ser forçosamente adaptado à lógica de mercado. E, a forma para que esta adaptação seja facilitada diz respeito à educação e por isso, o próprio Lippmann vai argumentar que se faz necessário que parte do orçamento público seja dedicado a este setor (Dardod e Laval, 2016, p. 92). O Estado neoliberal, como propõe Lippmann e Rougier no Colóquio 1938, deve se conformar de que as suas leis exerçam um papel de autoridade: “Ela terá de se satisfazer em ser fiadora de uma lei comum que governará indiretamente os interesses. Apenas um Estado forte terá condições de fazer respeitar essa lei comum” (Dardod e Laval, 2016, p. 98).

Os neoliberais vão entender, portanto, que o Estado deve existir. Um Estado forte “governado por uma elite competente, cujas qualidades são o exato oposto da mentalidade mágica e impaciente das massas” (Dardod e Laval, 2016, p. 98). O Estado Democrático de Direito Neoliberal é pautado por um governo das elites, cujos interesses se alocam na lógica de competitividade em que os sujeitos, lidos como indivíduos empresas de si mesmos, devem aprender a se adaptar nas conformidades do sistema capitalista onde o mercado é

indiscutivelmente volátil. Este sistema estabelece em seu cerne que os paradigmas sociais e a fluidez do mercado concorrencial são inevitáveis, mas o Estado como uma instituição munida de força intelectual capacitada deve mediar quaisquer que sejam os conflitos para que a felicidade se torne novamente o *leitmotiv* da vida contemporânea. Dessa forma, após um breve sumiço das agendas públicas, a felicidade volta à pauta.

5 “PERSONAL SHOPPER”, HAPPYCRACIA E A FELICIDADE COMO MÉRITO

No mesmo contexto do Colóquio Walter Lippmann, germina outra corrente teórica do neoliberalismo representada pelas figuras de Hayek e Von Mises (pensadores da escola neo-austríaca da economia) que irão insistir no esvaziamento do Estado, com a argumentação de que a burocratização estatal fragilizava a competitividade. Este pensamento, que será retomado pela imprensa cinquenta anos após sua elaboração, evidenciará, para os neoliberais, que:

Os fracassos da regulação keynesiana, as dificuldades encontradas pela escolarização em massa, o peso dos impostos, os diferentes déficits das caixas públicas de auxílio social, a incapacidade relativa do Estado social de eliminar a pobreza ou reduzir as desigualdades, tudo foi pretexto para reconsiderar as formas institucionais que, após a Segunda Guerra Mundial, asseguraram um compromisso entre as grandes forças sociais. Mais ainda, todas as reformas sociais desde o fim do século XIX foram postas em dúvida, em nome da liberdade absoluta dos contratos e da defesa incondicional da propriedade privada. Reprovando a tese polanyiana da “grande transformação”, os anos 1980 caracterizam-se no campo ideológico como uma época “spenceriana” (Dardot e Laval, 2016, p. 208).

Os pontos de convergência entre o pensamento do Colóquio de 1938 e dos neo-austríacos (e, mais adiante, retomado por outros pensadores neoliberais como George Stigler e Milton Friedman), se localiza efetivamente na concepção de que se faz necessário que se eduque a sociedade para que esta se adeque à lógica que os neoliberais estavam propondo. Ora...

[Se as] massas não pensam, como Von Mises gosta de dizer, cabe aos círculos estritos dos intelectuais travarem frontalmente o combate contra todas as formas de progressismo e reforma social, germe do totalitarismo. [...] Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina. (Dardot e Laval, 2016, p. 150).

As consequências do pós-guerra, as falhas do keynesianismo e o enfraquecimento das doutrinas de esquerda foram fatores responsáveis para que o neoliberalismo se estabelecesse como modelo hegemônico em todo o mundo Ocidental. Mais que isso:

Houve uma reviravolta na crítica social: até os anos 1970, desemprego, desigualdades sociais, inflação e alienação eram “patologias sociais” atribuídas ao capitalismo; a partir dos anos 1980, os mesmos males foram sistematicamente atribuídos ao Estado. O capitalismo deixou de ser o problema e se tornou a solução universal” (Dardot e Laval, 2016, p. 209).

O papel do Estado está jogado de vez no ostracismo. Será a partir de então, desembocando na atualidade, que podemos argumentar que a felicidade fará parte deste processo. Porque se este sentimento está atrelado ao progresso, como discutido anteriormente, é possível analisar que ela se torna uma ferramenta efetiva para a reeducação da sociedade.

Foi a partir da lógica neoliberal que a noção de felicidade começou a ter uma roupagem unificada. O problema é que este sentimento é colocado em pauta quando as condições de trabalho estão cada vez mais inóspitas. A luta pela sobrevivência do sujeito se modifica ao passo que o prazer se desliga do sentido estoico (a felicidade tem que ser gozada agora) e passa a ser responsabilidade única do sujeito (empreendedor):

Freud em “O mal-estar na civilização” (1930) toma como questão central o porquê é tão difícil ser feliz, questionamento que a princípio é feito pensando o contexto moderno, mas que, sem dúvida, é atemporal. Para Freud o propósito de ser humano é ser e permanecer feliz, que ele chama de princípio do prazer, que encontra no mundo (ou princípio da realidade) seu opositor, pois este não se dobra ou se molda à vontade individual, causando no seu profundo sofrimento (Freire-Filho, 2010, p. 30).

Pensando sob esta perspectiva, o ser humano busca por prazeres em seu propósito de permanecer feliz. E o sistema hegemônico se apropriará desta prerrogativa, bem como da herança do “*american way of life*”, tomando cuidado para não cometer os mesmos erros do liberalismo clássico. Já que o grande problema era uma “massa popular ignorante”, o neoliberalismo tornar-se-á responsável por configurar uma “Nova Razão do Mundo” (Dardot e Laval, 2016).

É inclusive neste parâmetro que Dardot e Laval (2016, p. 18) irão colocar que a crise do Liberalismo é a crise da Governamentalidade (conceito discutido por Foucault) “[o] termo ‘governamentalidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa

atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (Dardot e Laval, 2016, p. 18). Contudo, o que todos os liberais escolheram deixar de fora por séculos da formulação do projeto de sociedade proposto pelos iluministas é, justamente, que este modelo de projeto hegemônico não consegue conceber uma sociedade em que todos os sujeitos sejam iguais.

O sistema capitalista se baseia numa lógica de exploração do homem pelo homem. Mas, os trabalhadores não precisam saber disso. Muito pelo contrário, “se tornou responsabilidade dos sujeitos cuidarem de si mesmos. A autonomia subjetiva é, na ética contemporânea um valor soberano. Ser feliz não é mais presente dos deuses, nem da sorte ou do destino, mas sim um “projeto de engenharia individual” (Freire-Filho, 2010, p. 55). A lógica individualista fez o proletariado buscar suas realizações pessoais (sua própria responsabilidade) para obtenção de seus prazeres.

Segundo Cabanas e Illouz (2019), a psicologia positiva afirma que a felicidade é uma emoção importante que reflete na produtividade dos trabalhadores, e no melhor encaixe destes com a cultura organizativa da empresa, sendo responsável também por “um maior compromisso com seus próprios objetivos, uma adaptação mais saudável às mudanças permanentes no ambiente de trabalho ou uma maior resistência ao estresse, ansiedade e esgotamento” (Cabanas e Illouz, 2019, p. 101).

Convencer o trabalhador de que ele não está feliz porque ele não quer e que somente à custa de seu esforço ele angariará tal satisfação é mister para que este indivíduo ignore qualquer que seja a dificuldade e continue em busca deste fim. Isso tem relação com o fetichismo. Ora, “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadoria” (Marx, 1993 *apud* Jappe, 2017, p. 31). Os detentores das mercadorias buscam incentivar as pessoas a comprarem seus produtos, e dessa forma, a questão de necessidade, passa à saciedade do ego. O maniqueísmo atrelado entre sucesso e fracasso faz com que a busca por essa realização e enobrecimento pessoal, dentro de uma visão individualista, exclua qualquer ação exógena impresso na sociedade a qual o sujeito pertence.

Nesta prerrogativa, a pressão se coloca somente sobre o ser e, já que este só depende de si para alcançar essa felicidade, seu fracasso se torna em um adoecimento psicológico. Além disso, o Capitalismo se usa dessa individualidade para separar o sujeito da noção de sociedade. E o que torna isso mais destrutivo é o fato de que a força de trabalho busca em vão essa felicidade. A mobilidade social no capitalismo neoliberal é quase tão difícil quanto o das eras absolutistas a despeito de toda falácia empreendedorista – a exemplo dos entregadores do *Ifood*

ou dos motoristas de *Uber*. E angariar esse status de sujeito empreendedor demanda subjugação dos trabalhadores a este ciclo contínuo de exploração.

Já que a felicidade está atrelada ao individualismo e o sistema neoliberal depende do controle da racionalidade humana para que se perpetue, o manejo das tecnologias psi se faz necessário. Como argumenta Hudson Felipe Peres da Silva em sua dissertação de Mestrado:

Desde a segunda metade do século XIX, os saberes psi criam, moldam e delimitam novas formas do ser humano compreender-se e pensar suas ações. Estes são responsáveis pela criação de técnicas e tecnologias para o governo de si, isto é, o aparato conceitual criado que sustenta a concepção que temos do que constitui um ser humano. Rose parte da premissa de que a noção do que é um ser humano, compreendido como uma entidade formada por um centro psicológico, o self, confinada dentro de um envoltório, o corpo, é histórica e geograficamente determinada. Em outras palavras, o que se entende por indivíduo é uma construção sociocultural e, portanto, um problema a ser explicado. [...] A psicologia, assim como os saberes psi, incluindo a psicanálise, a psiquiatria, e a psicoterapia, são tecnologias intelectuais, ou seja, formas de tornar visível e inteligível certas condutas, comportamentos e relações interpessoais. Rose admite que os saberes psi são parte fundamental na construção do self, mais precisamente, de tipos específicos de selves, partilhados na contemporaneidade. A psicologia ocupa um lugar especial entre as disciplinas, devido ao fato de que é, reconhecidamente e por excelência, a ciência do indivíduo, responsável por deslindar o sujeito em sua interioridade. À psicologia é atribuída uma expertise sobre o indivíduo, uma capacidade de técnicas e métodos relacionada a administração pessoal e das relações interpessoais, assim como fornece recursos para a manutenção de pessoas em instituições e na vida social em geral (Silva, 2018, p. 64).

Ser feliz é uma obrigação dentro da concepção de liberdade intrínseca ao modelo neoliberal. Contudo, essa liberdade é moldada para se adequar à lógica de mercado e à competitividade do sistema hegemônico. Dessa forma, a concepção de felicidade moderna ocidental é definida pelo consumo, pela prosperidade e pelo mérito próprio do sujeito empreendedor. O neoliberalismo, por meio do controle da mentalidade a partir dos saberes psi, entranhou-se na percepção individualista de felicidade. Independente do meio em que estes indivíduos se enquadram, suas classes sociais, sua capacidade de acúmulo e consumo de bens, suas condições de trabalho ou necessidades básicas, estas são postas a partir do conceito de *Survival of the fittest* e a obrigação moral de ser feliz, possibilitando ao capitalismo tratar a felicidade como mercadoria.

A música “*Personal Shopper*” de Steven Wilson (2021) ilustra muito bem esse efeito quase hipnotizante da liberdade de compra como uma fórmula para se embriagar de prazeres, onde a sociedade aprendeu que estes se tornaram sinônimo. Esta mentalidade se entranhou como um mantra. E a repetição desse mantra se apresenta com o surgimento da Psicologia

Positiva. Como Hudson da Silva propôs, se municiando dos paradigmas da mente humana a partir das ciências psi, o sistema começa a aplicar essa racionalidade com respaldo científico, de forma que:

[O] que parece acontecer na psicologia positiva é uma total inversão de ordem de fenômenos, já que aqui não é uma alegria que provoca um sorriso, mas é tido como se sorrir mais fizesse alguém mais feliz. O indivíduo é estimulado a se adiantar perante o mundo, como uma forma de bloquear emoções negativas e criar - ou se necessário fingir-, emoções positivas. No discurso da psicologia positiva ser feliz se torna uma questão de saúde, a tristeza diminui a expectativa de vida, provoca doenças e até mata (Silva, 2018, p. 73).

Com a legitimidade do método científico, da eficácia simbólica dos métodos de autoajuda e dos investimentos, a psicologia positiva conquistou a sociedade que se vê perdida nas insatisfações gestadas pelo sistema, mas, conforme foi bombardeada de estímulos a essa visão, necessita de uma motivação para sair desta condição mesmo quando nada parece surtir efeito. As consequências são devastadoras.

Se o homem, que se vê como empresa de si mesmo, imbuído de responsabilidades sobre sua vida, independentemente de qualquer efeito exógeno, e que se isola dos demais indivíduos, enxerga que o seu demérito financeiro é atribuído ao seu próprio fracasso, este homem acaba por entrar em depressão. Patologia essa que entra no mesmo paradoxo invisível da psicologia positiva. E isso tudo está na forma como esta ideia foi vendida. “O intuito de compreender o bem-estar e produzir as condições capacitadoras de vida de modo algum se iguala ao de compreender o sofrimento e desfazer as condições debilitantes da vida” (Seligman, 2012, *apud* Silva, 2018, p. 20).

Mas, “a noção de que é preciso antes preencher as necessidades básicas e somente depois buscar ideais mais elevados [...] é central para a forma como se mede hoje a qualidade de vida” (Power, 2016, *apud* Silva, 2018, p. 28). Ora, não há como se obter o prazer de comer se comer, na verdade, é uma necessidade para sua sobrevivência. Não tem como você ter o prazer de dormir quando você tem apenas 4 horas de sono antes de ter que voltar ao trabalho. Neste quadro, surgem as diversas promessas de que as pessoas felizes têm a fórmula secreta para serem assim. A figura dos “*Coachs*” e “*Influencers*” alavanca o caráter fetichista dessa tecnologia psi, onde o bombardeamento de positividade reforça os efeitos da governamentalidade neoliberal.

Este “*self* autônomo e livre, responsável por si e dotado de uma capacidade quase infinita de se desenvolver” (Power, 2016, *apud* Silva, 2018, p. 21) exime o Estado de suas

responsabilidades para com a plenitude dos direitos dos indivíduos, trazendo à tona o ideal de meritocracia e da competitividade. No final das contas, se você, mesmo repetindo o mantra da psicologia positiva do “enfrentamento” de Seligman, que busca “funcionar bem mesmo quando se está triste, ansioso ou bravo”, ainda assim não consegue se desassociar destes sentimentos negativos, a culpa é de sua predisposição biológica (Seligman, 2012, *apud* Silva, 2018, p. 23).

A psicologia positiva se configura como ferramenta de controle do neoliberalismo dentro dos seus elementos de apatia quanto às desventuras do dia a dia do proletariado. Para ela, independentemente de qualquer situação, vale a pena buscar a prosperidade, o melhor de nós mesmos, obter a satisfação pelo autogerenciamento da felicidade independente dos fatores exógenos.

Se na contemporaneidade vivemos um regime do self, como espaço centralizado de uma essência delimitada por um corpo, uma natureza que habita um espaço virtual chamado de psiché, se nos compreendemos e nos relacionamos enquanto seres psicológicos, portadores de uma identidade coerente, tudo isso passou pela influência dos saberes psi. Hoje, a ideia hegemônica do que representa ser um indivíduo toca noções como liberdade e autonomia, de identidades fechadas em torno de um self (Silva, 2028, p. 38).

O neoliberalismo conseguiu se entranhar como um vírus, de forma silenciosa e invisível, em toda a sociedade ocidental (Han, 2017). Esta “Happycracia” (Cabana e Illouz, 2019), ou governo da racionalidade neoliberal da felicidade como condicionante do progresso, engendrou-se a partir do momento em que uma seleta elite intelectual em sua Primeira Internacional Neoliberal entendeu que a mente humana era o principal obstáculo para a continuidade do sistema. Se a propaganda é a alma do negócio, e, como diz a música “Propaganda” de Nação Zumbi, “a alma do negócio é você!”, os sujeitos empresa de si mesmos estão submetidos a um mundo em busca de uma vida mais confortável que seja possível através do acúmulo de dinheiro.

Este acúmulo só é possível com mais trabalho e, por sua vez, se você não se dedica a tal, o motivo está na ausência dos seus esforços e méritos. Se você, como uma empresa, não se preocupa com o acúmulo de felicidade, sua empresa irá falir. Os dias atuais são uma constante aceleração das consequências dos efeitos da exploração, mas, o neoliberalismo conseguiu envenenar a sociedade a tal ponto que estamos assistindo aos poucos a autodestruição do ser humano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o Liberalismo Clássico entrou em crise com a série de crises do capitalismo fordista que desemboca na Crise de 1929, o “novo liberalismo” irá recolocar o Estado como detentor de um poder de intervenção ajustado e conformado às necessidades do Mercado. Diante das ferramentas que lhes foram propostas no Colóquio Walter Lippmann (1938), o neoliberalismo retomará o debate acerca das instituições do Governo e do aparato intervencionista elaborado por Keynes. Lippmann e Rougier travaram discussões importantes com o resgate de algumas ideias do liberalismo clássico, considerando que a exclusão do Estado seja um erro, já que o Capitalismo depende do mesmo para que as leis garantam que o mercado se regularize. A intervenção seria essencialmente para promover a ordem do mercado. Esse pensamento não exauriu o debate e, com as intempéries da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), se estabelecerá no mundo ocidental de forma sistemática a descrença nesse modelo proposto pelo Colóquio de 1938.

Diante da lógica inaugurada pelo neoliberalismo, como vimos, os pensadores logo concluíram que não se deve desassociar o Estado do Mercado, já que aquele garantirá que este se conforme a partir da instauração de leis ligadas aos interesses privados das empresas. O Capitalismo depende de um Estado forte, inclusive para sufocar pautas coletivistas e preservar a lógica de competitividade entre os sujeitos. Desta forma, se o *Laissez-faire* do Liberalismo Clássico falhou foi porque o sistema se negou a aceitar que o mercado não se regularizaria sozinho, principalmente quando esta lógica favorecia uns em detrimento do todo, com uma idealização empírica do *survival of the fittest*.

Uma parcela privilegiada, herdeira de recursos que os possibilitaram a obtenção de seu *status quo*, se isolou dos demais indivíduos e impôs sobre eles uma obrigatoriedade do seu dispêndio de força de trabalho para que a produção continuasse a gerar acúmulo de riqueza. Já que este sistema conseguiu por si só autodestruir-se diversas vezes, pelos motivos elencados anteriormente, coube aos neoliberais cercarem os trabalhadores de mecanismos apoiados no conceito de empreendedorismo. Os liberais vão então se debruçar no cerne das dificuldades para ludibriar os trabalhadores para uma invisibilização ou falseamento das suas condições, sob a égide de um sentimento de responsabilidade por seu próprio sucesso ou fracasso, excluindo os fatores exógenos.

O neoliberalismo se configura para além de um sistema político e econômico. Este se utiliza do governo da racionalidade humana para se estabelecer. Mudar a mentalidade humana e provocar uma cegueira coletiva à condição de exploração na qual estão aprisionados. Este

sujeito precisou se colocar como um ser individual, incluído numa sociedade onde o seu próprio ego deveria ser saciado em detrimento do bem-estar, e isso seria o que leva a humanidade ao progresso e à prosperidade. Em todos os momentos do dia a dia, somos bombardeados de propagandas positivas e estimulados a procurar a felicidade através do consumo exacerbado e da autorrealização empreendedora. Na procura pela adequação a este sentimento, precisamos estar sempre vigilantes quanto ao outro, que seria uma empresa concorrente. E o papel do Governo se encaixa nesse mecanismo como uma peça já que o poder, de fato, pertence ao Mercado. São os capitalistas que ditam cada setor da vida do sujeito ocidental do Século XXI.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Rodrigo; OITO, Gilmar Bola; PEIXE, Jorge du; ZUMBI, Nação. Propaganda. In: ZUMBI, Nação. *Nação Zumbi*. Brasil: Trama, 2002. Faixa 3. 1. CD.
- CABANAS, Edgar.; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas**. Madrid: Paidós, 2019.
- CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 26, n. 4 (104), p. 518-536, out/dez, 2006.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Estado de Sítio, 2016.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora**. Aparecida-SP: Editora Ideias e Letras, 2010.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESPADEIRO, Tereza Bruno de Faria. **Os custos da felicidade: desempenho acadêmico, estresse e uso de psicoativos - um estudo com estudantes de graduação de UFPE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- FOWLER, James; CHRISTAKIS, Nicholas. Dynamic spread of happiness in a large social network: longitudinal analysis over 20 years in the Framingham Heart Study. **BMJ** n. 337: a2338, 2008. doi:10.1136/bmj.a2338.
- FREIRE-FILHO, João (org). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- FREIRE, Sueli Aparecida. **Bem-estar subjetivo e metas de vida: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três faixas de idade**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.
- JAPPE, Anselm. **Sociedade Autofágica: Capitalismo, desmesura e autodestruição**. 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- LENOIR, Frédéric; REIS, Vera Lúcia. **Sobre a felicidade: uma viagem filosófica**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MARIUTTI, Eduardo Barros. O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. **Unicamp IE**, Campinas, n. 415, ago. 2021.

MCMAHON, Darrin. **Felicidade**: uma história. São Paulo, Editora Globo, 2006.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **24 de outubro de 1929**: A quebra da bolsa de Nova York e a grande depressão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

PERRUSI, Artur. Utopia da saúde perfeita: a nova ideologia do corpo na modernidade. **Revista Caos**, João Pessoa-PB. v. 3, p. 3-15, 2001.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 139-159, jun., 2015.

QUEIROZ, Felipe. Resenha a nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Caderno C R H**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 187-191, jan./abr. 2018.

SILVA, Hudson. **Felicidade Individual (Ista) e Coletiva**: Uma Análise da Psicologia Positiva. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

STERNS, Peter. **História da Felicidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

VEENHOVEN, Ruut. “Calidad de vida y felicidad: no es exactamente lo mesmo”. *In*: G. D. Girolamo y col. (eds.). **Salud y calidad de vida**. II Pensamiento Científico, Roma, 1998. Traducido al español por Catalina Aguiló.

WHITE, Nicholas. **Breve História da Felicidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

WILSON, Steven. Personal Shopper. *In*: WILSON, Steven. **The Future Bites**. Reino Unido: Caroline International, 2021. Faixa 7. 1. CD.

ANEXO - Regras para submissão Revista CLIO UFPE

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Todos os artigos deverão estar em editor de texto Microsoft Word.

Os artigos devem ter entre 15 e 25 páginas de extensão, digitadas em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, com todas as margens 2,5cm, folha tamanho A4.

Abaixo do título, deverá constar apenas o nome do autor(a). Ao final da primeira página, abaixo dos resumos, deverá constar uma pequena biografia, com a titulação e função atuais, instituição e departamento ao qual ele(a) se vincula, endereço de contato (preferencialmente da instituição ao qual é vinculado(a), e-mail e ORCID.

Fotografias, ilustrações, tabelas e/ou gráficos, devem estar inseridos no corpo do texto. As tabelas e os gráficos devem ser numerados consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçados por título, com as fontes devidamente mencionadas. As imagens, em formato JPG, devem ter legendas iniciadas pelo termo Figura e numeradas em algarismos arábicos. Exemplo:

Figura 1: crítica no Jornal *O Nacional*.

Fonte: O Nacional 02 de janeiro de 19477.

Tabela 1: xxxx xxxx xxxx xxxxx xxx.

Fonte: xxxxx x x x x xxxx

As notas (de acordo com a NBR 6023) deverão ser colocadas ao final do texto, juntamente com a bibliografia consultada.

As resenhas deverão ter até cinco páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12.

2. Os artigos devem conter título e resumo de **no máximo 08 linhas**, fonte Times New Roman, tamanho 12 em português, inglês e espanhol. Também devem conter 4 palavras-chaves nos respectivos idiomas, iniciadas com letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula.

As resenhas também deverão vir acompanhadas com os títulos em inglês e espanhol e de 4 palavras-chave em português, inglês e espanhol, separadas por vírgula e letras iniciais maiúsculas.

3. Os autores dos artigos e resenhas submetidos à CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, atestam que suas colaborações são originais e inéditas (não estão sendo avaliadas por outra revista ou nunca tiveram uma versão dos mesmos publicada anteriormente).

4. As notas ao final do documento e as referências bibliográficas devem estar separadas e seguir as normas da **ABNT-NBR 6023**, a qual foi baseada nas ISO 690:1987 e ISO 690-2. (texto completo da NBR 6023)

A bibliografia, juntamente com as notas, deverá constar ao final do texto. Abaixo, exemplos de citações:

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. nnp.

Capítulo ou parte de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.xxx-yyy.

Artigo em periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico, Cidade: Editora, v.xx, n.xx, p.xxx-yyy, ano.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico: subtítulo. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em ...) – Unidade, Instituição. Cidade, ano. nnp.

Texto obtido na internet:

SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: www...; Acesso em: dd mmm. ano.

Trabalho apresentado em evento:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número (se houver), ano, Local do evento. Anais... Local: Editora (se houver), ano. p.xxx-yyy.